

Revista de Ensino de Geografia

Desde 2010 - ISSN 2179-4510

Publicação semestral do Laboratório de Ensino de Geografia – LEGEO

Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva – IGESC

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

ARTIGO

CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO LIVRO DIDÁTICO E NAS AULAS DE GEOGRAFIA: PERSPECTIVA DE ALUNOS DO 7.º ANO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MOSSORÓ-RN

Paulo da Silva Santos¹

Maria José Costa Fernandes²

RESUMO

Nesta pesquisa, buscou-se compreender a representação da cultura afro-brasileira nos Livros didáticos de Geografia (LDG) do 7º ano do ensino fundamental a partir das unidades que retratam a formação territorial e do povo brasileiro, investigando como se deu a aplicação da Lei 10.639/2003 em um livro didático 2020. A escolha pelo livro didático de Geografia do 7º ano justifica-se pela importância desta disciplina na educação básica, de forma geral, e mais especificamente, no ensino fundamental, pois é neste período que a base das informações geográficas é apresentada aos alunos. Daí a importância de um livro didático sem erros, sem injustiças sociais e sem estereótipos, pois o mesmo pode influenciar na formação cidadã do aluno, positivamente e/ou negativamente, dependendo de como a abordagem será repassada para o aluno. A metodologia do trabalho é pautada no método qualitativo subjetivo, utilizando questionários com alunos da escola. Apesar da existência da Lei 10.639 de 09 janeiro de 2003, que trata do ensino obrigatório da História e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino da educação básica, seja público ou privado, percebe-se que há, ainda, dificuldades para a efetivação desta temática. A inserção do negro no LDG, ausência de eventos nas escolas que abordem a temática da cultura afro-brasileira e a falta de preparo de alguns professores podem postergar a viabilidade da Lei 10.639/2003.

Palavras-chave: Anos finais do ensino fundamental. Cultura afro-brasileira. Lei 10.639/03. Rede pública de ensino.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; mestre em Educação pela mesma instituição no POSEDUC; professor de Geografia da rede privada de ensino. E-mail paulosantos@alu.uern.br

² Docente do Curso de Geografia da FAFIC/UERN; graduada e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; doutora em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; líder do Grupo de Pesquisa em Educação Geográfica (GPEG); coordenadora do Laboratório de Ensino em Geografia (LEG); membro do Comitê Editorial da Editora da UERN (EDUERN). E-mail: mariacosta@uern.br

1 INTRODUÇÃO

A Geografia aponta o caminho teórico-metodológico da discussão e da crítica encorajando atitudes para o exercício da cidadania, depositado no caráter transformador e renovador da educação. Nesta pesquisa, buscou-se compreender a representação da cultura afro-brasileira nos livros didáticos de Geografia (LDG) do 7º ano, a partir das unidades que retratam a formação territorial do povo brasileiro, investigando como se deu a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 em um livro didático de 2020.

É neste sentido que se levantou as dificuldades que uma escola pública localizada no centro urbano de Mossoró-RN, juntamente com professores de Geografia que têm que colocar em prática a Lei 09 de janeiro 10.639/2003.

Questiona-se se existe um conhecimento das abordagens referentes à cultura afro-brasileira no conteúdo da formação territorial brasileira nos livros didáticos de Geografia do 7º ano, analisando as mudanças ocorridas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pós implementação da Lei 10.639/2003.

Pode-se dizer que um dos precursores dos estudos sobre os negros no Brasil foi o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) que, imbuído pelo racismo “científico” do século XIX, considerava que os negros integravam uma “raça inferior”. Seus estudos eram voltados, sobretudo, para o exame dos cultos africanos na Bahia. Por muito tempo, os negros foram tidos como inferiores, preguiçosos, dentre outros termos pejorativos. A partir desta visão eurocêntrica e preconceituosa, em que o homem branco era superior às demais raças e gêneros, principalmente aos homens negros e mulheres negras, visão essa que proporcionou o racismo estrutural que vem se propagando em solo brasileiro. Seus vestígios são nítidos na sociedade atual.

São muitos os vestígios do racismo estrutural, como a segregação pela cor da pele; a localização das moradias dos negros, em geral nas periferias (favelas); os baixos níveis de escolaridade e salários; as religiões de matriz africana, como a Umbanda e Candomblé, sendo, até atualmente, malvistas para a sociedade, classificadas como religiões satânicas, pelo fato cultuarem os Orixás, que são divindades oriundas da mitologia africana.

A única alternativa que o negro teve para professar a sua fé, foi atrelar sua religião com a religião vinda da Europa, ou seja, o catolicismo, surgindo o sincretismo religioso, onde os orixás são relacionados aos Santos da Igreja católica, como: Iansã, orixá dos ventos, raios e trovões no sincretismo passaria a ser Santa Bárbara, que curiosamente é nomeada como a

Santa dos raios e trovões. Todos esses pontos citados são exemplos desta “higienização” cultural, que os negros enfrentam cotidianamente.

A escolha pelo Livro Didático de Geografia do 7º ano, quase duas décadas após a promulgação da referida lei, justifica-se pela importância desta disciplina na educação básica, de forma geral, e mais especificamente para o ensino fundamental II. Este fato reside na construção de uma base curricular que prepara o educando, não apenas para as questões geográficas, mas também, para um caráter cidadão.

Desta forma, destaca-se que os estudos voltados para a Geografia da África vêm ganhando visibilidade científica nessa área na última década. Pesquisadores como Rafael Sanzio e Rosenberg Ferracini, dentre outros, vêm desenvolvendo pesquisas na perspectiva do ensino de geografia, dando enfoque ao livro didático.

De acordo com Silva (2016), no século XIX as bases educacionais brasileiras eram doutrinadas pelas teorias da classe dominante da época. No período mencionado eram os portugueses que buscavam formar uma sociedade com bases territoriais e princípios da política do branqueamento. A região nordeste do país, passou por essa política de branqueamento durante o período colonial. Os colonos tomavam terras dos povos originários e as doavam para a mais nova classe dominante que chegava ao país.

A exclusão dos negros na sociedade foi se refletindo nas escolas, com poucos negros frequentando os ambientes escolares, inclusive, esse fato é recorrente na atualidade e nos materiais didáticos de ensino, destacando o LDG. O negro não era inserido no debate nos livros didáticos, da forma que deveria ser. Por muito tempo, o negro só aparecia no LDG sem coerência, apenas como escravizado e suas contribuições para o Brasil não apareciam.

A temática acerca da cultura africana e afro-brasileira como possibilidades da Geografia, a partir da observação do espaço geográfico e do lugar, vem ganhando notoriedade na pesquisa em Geografia desde a criação da Lei 10.639/2003, como forma de afirmação dos povos.

De acordo com o Artigo 26 da referida lei:

§ 1º O conteúdo programático [...] incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (MEC; SEPPIR, 2003, p. 35)

Para Ferracini (2013, p. 28), “no Brasil, o livro escolar possui forte peso na cultura escolar, com uma autoridade inquestionável e irrefutável, para os alunos, professores e pais”.

Por perceber essa importância dos livros didáticos, justifica-se a inserção da cultura africana e afro-brasileira nesse recurso didático.

O livro didático, hoje, é um dos recursos responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem, sendo em muitos momentos a única fonte de informação e recurso, tanto para os professores quanto para os alunos. Assim, este material didático é um instrumento de ensino utilizado como um mediador do processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, além de um norteador para o professor no processo de formação estratégica do ensino.

De acordo com Viegas (2021), o livro didático começou o seu processo de expansão pelo território brasileiro após a chegada da Coroa Portuguesa, em 1808, com a criação da imprensa régia.

As primeiras publicações didáticas no país foram traduções para a escola militar, entretanto, as produções dos livros didáticos foram impulsionadas na década de 1822, com a Independência do Brasil. Devido à pouca disponibilidade de papel, os livros eram impressos no exterior, para diminuição dos custos. Ressalta-se que pelo fato de os livros serem produzidos especialmente na Europa, trazia consigo uma hegemonização do “Continente” nos materiais didáticos, que se consolidaram e vem se refletindo até os dias atuais.

Desta forma, Copatti afirma que:

No Brasil, o livro didático foi ganhando espaço desde meados do século XX inicialmente pela utilização de materiais oriundos de Portugal e da França. Nesse período, muitos dos materiais utilizados em sala de aula, pelos professores, como material básico de ensino, eram cartas (cartilhas, cartilhas) e outros textos utilizados para leitura. (COPATTI, 2017, p. 76).

Pode-se perceber a influência do continente europeu, em especial, de Portugal e França, na elaboração dos livros didáticos, materiais esses que eram utilizados pelos professores que vinham de Portugal para atuar no Brasil, trazendo suas perspectivas, crenças, ideologias e visão de mundo, para os materiais didáticos e para o cotidiano dos professores, alunos e todos que habitavam no país.

Compreende-se a importância do livro didático para o processo de ensino e aprendizagem, corroborando com professores e alunos, uma aprendizagem mais significativa, visto que o livro didático é usado quase unanimemente como recurso metodológico. No entanto, deve-se ter cuidado com o livro didático e, como ressalta a autora, não fazê-lo de receita pronta e segui-lo. É preciso analisá-lo, compreendê-lo, questioná-lo e levar a realidade do aluno para aula, por mais que o livro não aborde assuntos específicos, como a questão das religiões de matrizes africanas, racismo, contribuições do povo negro. Desta forma, o

professor deve fazer essa conexão, para que não haja exclusão de informações, pois muitas percepções erradas podem surgir, caso utilizem os livros didáticos como receita pronta.

2 METODOLOGIA

A pesquisa se pautou no método qualitativo, baseando-se no caráter subjetivo em seus resultados, tendo por objetivos narrar ideias e possíveis narrações pessoais dos indivíduos que responderam aos questionários sobre a inserção da cultura afro-brasileira no livro didático de Geografia e na escola.

Na ciência geográfica, de acordo com a história, os procedimentos metodológicos são empíricos (FERRACINI, 2012; SILVA, 2016; SANTOS, 2022.). Não se trata de coleta de dados e, sim de uma construção *in loco*, que inicialmente se pautará uma revisão bibliográfica em autores que debatem a cultura afro-brasileira e o ensino de geografia. Dito isso, fez-se uma investigação de teses, monografias, dissertações e artigos sobre temática.

Logo após, realizamos busca de um livro didático que esteja sendo utilizado em uma escola pública. Vale ressaltar que o cujo livro, não é o mesmo que está em pleno uso na escola investigada. O livro que analisado tem como autores José Willian Vesentini e Vânia Vlach, ambos com vastos conhecimentos na ciência geográfica, tendo em vista a formação em graduação e pós-graduação de ambos na Geografia, por serem ex-professores do ensino básico e elaboradores do livro intitulado Teláris – Geografia, do 7º ano do ensino fundamental, edição de 2020.

O intuito da análise é verificar a inserção da cultura afro-brasileira, já preestabelecida pela lei, mencionada anteriormente e, por este motivo, será analisado um Livro Didático de Geografia de quase duas décadas depois da criação da Lei 10.639/2003.

Foram aplicados questionários de 12 perguntas para 20 alunos de uma escola pública estadual localizada na zona urbana de Mossoró-RN. Ressaltamos que a aplicação do questionário foi de forma presencial e foi feita por uma funcionária da escola, para que não pudesse ter algum tipo de influência dos pesquisadores e do professor de geografia nas respostas dos alunos. Nas respostas ao questionário, se buscará identificar se os alunos conseguem perceber a inserção da cultura afro-brasileira no livro didático e na escola que estudam.

3 ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO

O ensino da Geografia tem por objetivo contribuir para tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis aos estudantes, sendo que esse processo de ensino e aprendizagem, muitas vezes, restringe-se apenas ao uso do livro didático.

As possíveis explicações para as ocorrências de mudanças sejam elas territoriais, culturais ou climáticas, vem sendo uma das formas de apontar soluções e reflexões, novas perspectivas para uma organização para o LGD, para a Geografia, para o discente e docente.

A Geografia é uma área do conhecimento de relevância na “formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial” (ANJOS, 2005, p. 177). Esta heterogeneidade, citada pelo autor, surge em solo brasileiro desde a chegada dos portugueses.

Optou-se por avaliar um LDG, trabalhado nas turmas do 7º ano, para saber se essa heterogeneidade étnica, socioeconômica e da distribuição social está inserida nos temas e conteúdos abordados cuja edição é de 2020, 17 anos após a criação da Lei 10639/2003. Será que pelo espaço de tempo, este LDG trará a representatividade negra? O negro está inserido da forma que deve ser? No decorrer deste artigo responderemos a essas indagações.

O livro analisado (Figura 1) é da coleção Teláris, da Editora Ática e de autoria de José William Vesentini e Vânia Vlach (2020).



Figura 1: Capa do livro didático de geografia utilizado na escola. Fonte: Editora Ática.

Destacam-se os seguintes capítulos do livro didático que têm como possibilidade fazer a inserção da cultura afro-brasileira: o Capítulo 1 - Brasil: formação do Estado e do Território; Capítulo 3 - A população Brasileira; Capítulo 5 - Urbanização e rede urbana; e por fim, o Capítulo 6 - Meio rural.

O Capítulo 1 trata da formação do Estado e do território brasileiro, que teve início por volta de 1500, com a chegada dos portugueses em solo brasileiro, que já era habitado por povos indígenas, que tinham seus costumes, crenças, alimentação, modo de vestir, cultura.

O capítulo inicia com uma imagem da seleção brasileira feminina de futebol, apresentando algumas jogadoras negras, e este feito tem importância para o estudante, pois começa o capítulo com uma imagem impactante, que pode ser interpretada como uma forma de expressar que o futebol, esporte erroneamente definido como um esporte masculino, pode ser praticado por mulheres, dentre elas, as negras.

Através do assunto abordado e da imagem das jogadoras da seleção brasileira de futebol, existe a possibilidade para uma ação metodológica ativa para a construção de pensamento onde o aluno pratique o exercício de respeito, pondo fim em estereótipos relacionados a raças e gêneros.

O capítulo aborda povos que habitaram e habitam em solo brasileiro, dentre eles, os indígenas, judeus, portugueses e os negros. Na parte em que se trata dos povos negros, o LDG aborda a culinária oriunda da cultura afro-brasileira, com o título “Culinária afro-brasileira: africanos enriqueceram a cozinha brasileira”, trazendo a imagem apresentada na Figura 2.



Figura 2: Culinária de origem africana retratada no livro didático. Fonte: Vesentini e Vlach (2020, p. 23).

A imagem mostra alimento de origem africana, o acarajé, prato típico da culinária baiana. No LDG é exalta a importância desse alimento e de outros, como o abará e o bolinho de estudante, todos de origem africana e que sofreram alterações. O acarajé, que tem como base o feijão, era tradicionalmente consumido sem o recheio de vatapá, camarão, caruru e salada. Essa introdução do recheio do acarajé é original do Brasil, caracterizando-se assim como um dos efeitos da cultura afro-brasileira. Vesentini e Vlach, corroboram:

Um outro fator que ajudou a difundir a comida de origem negra foi a religião africana – o candomblé. O candomblé tem uma relação muito especial com a comida. Os devotos servem para os santos comidas que pertencem à tradição africana. Como as comunidades negras se espalharam pelo Brasil, a culinária que veio da África se espalhou por todo o país. (VESENTINI E VLACH, 2020, p. 23).

Compreende-se que a territorialidade religiosa africana contribuiu para disseminação da culinária, porque esses alimentos são usados para oferecer aos Orixás, como Iansã e os Eres, entidades africanas que recebem esses alimentos como oferendas, uma forma de agradecimento a essas entidades. O LGD destaca também a importância da capital baiana, Salvador, para a propagação dos alimentos, uma vez que os negros trazidos ao Brasil na condição de escravizados, habitaram inicialmente em Salvador, isso faz com que essa cidade se destaque com a culinária e a religiosidade negras africanas.

O LDG aborda a importância das baianas de acarajé para a culinária negra e para a propagação da cultura afro-brasileira, uma vez que as baianas de acarajé, na maioria das vezes, são de origem afro, ou seja, são negras e algumas pertencentes ao candomblé ou à umbanda. Neste contexto, Silva coloca que:

A religião africana ganhou adeptos no Brasil com a chegada dos Sudaneses, no último século da escravidão, foram eles os responsáveis em resgatar e fortalecer a fé negra de matriz africana através do candomblé no estado da Bahia no final do século XIX. Durante séculos, por medo de represália, muitos adeptos do candomblé utilizavam o Sincretismo Religioso para professar sua fé. (SILVA, 2016, p. 29).

A religiosidade se entrelaça à cultura afro-brasileira. O LDG, apesar de citar o candomblé, não menciona a umbanda, que tem sua base religiosa africana. Pouco é ensinado sobre as religiões de matriz africana nas escolas, é raro serem mencionadas nos livros didáticos, inclusive o LDG. Dificilmente ver-se-á um terreiro de candomblé ou umbanda nos LDGs, ou em outros livros didáticos, já que a hegemonização de templos religiosos apresentados é da igreja católica.

O LDG analisado faz uma abordagem sobre a influência dos africanos na Língua Portuguesa, em que contribuiu para o idioma, diferenciando-o do português de Portugal, por exemplo, como destacam Ângelo e Silva:

A língua brasileira é resultado de várias misturas de raças, de pessoas de outros países como os portugueses e os africanos, e dos próprios indígenas. Sendo assim, é muito importante considerar a atuação dos negros africanos, como participantes ativos da estruturação da identidade linguística brasileira. (ÂNGELO; SILVA, 2016, p. 2).

Percebe-se a contribuição dos negros trazidos da África na condição de escravizados para o enriquecimento cultural da Língua Portuguesa. Os autores destacam palavras como fungar, fuzuê, dengo, minhoca, quitute, xingar, sunga, caçula, cafofo, bunda. O LDG analisado trata da influência dos negros na Língua Portuguesa, como mostra a Figura 3.

CONEXÕES COM HISTÓRIA E LÍNGUA PORTUGUESA

Você conhece a influência das línguas africanas no idioma falado no Brasil? Leia o texto:

A língua de um povo é o reflexo dele mesmo, mas vertido em sons e palavras. Através dela nos expressamos e manifestamos nossa própria existência. E a nossa língua portuguesa é resultado de muitas e diversas existências, dentre elas, a do negro africano. [...]

A vinda do negro para o Brasil está diretamente relacionada com a questão da mão de obra empregada pelos portugueses na colônia. Para tirar o máximo de lucro e contornar sua escassez populacional, a Coroa portuguesa precisou recorrer ao trabalho escravo. Diante da falta de mão de obra para a exploração econômica de um território imenso como o Brasil, a primeira saída encontrada pelos colonizadores foi a escravização dos indígenas. Mas esse modelo teve curta duração. A partir de 1550, a mão de obra indígena [embora ainda continuasse] foi substituída pela do negro africano. Economicamente mais interessante, o negro permitia lucros muito maiores aos portugueses, que ganhavam com tráfico de escravos da África. [...]

Os escravos africanos utilizavam o português como segunda língua, portanto imprimiam nela antigos hábitos linguísticos, executando-a com sotaque peculiar [...], simplificando sua morfologia até reduzi-lhe as reflexões. [...]

A inclinação do falante brasileiro em omitir a última consoante das palavras ou transformá-las em vogais: "falá", "dizé", "dirigí", "Brasiú", coincide com a estrutura silábica das em banto e em ioruba [os dois principais grupos de povos africanos que vieram para o Brasil], que nunca terminam em consoante.

Na estrutura silábica dessas línguas africanas também não há o encontro consonantal, como ocorre na língua-gem popular brasileira. Ocorre a tendência de desfazer esse encontro e fazer uma nova sílaba ao se colocar uma vogal entre elas: sarava (salvar), fulô (flor), etc. É considerado como de origem africana a semivocalização do palatal (h na nossa grafia), que se observa na pronúncia popular em algumas regiões do Brasil: mûyê por mulher; fiyô por filho; paya por palha.

Outros aspectos importantes são os fenômenos de deglutição e aglutinação de fonemas, como acontece com o s do determinante, que se incorpora à vogal seguinte produzindo uma nova forma autônoma. Como, por exemplo, as palavras: zome (nascido de os home) e zarreio (resultado de os arreio). [...]

YOSHINO et al. A influência das línguas africanas no português do Brasil. Entretextos, 1º ago. 2009. Disponível em: <www.usp.br/cje/entretextos/exibir.php?texto_id=90>. Acesso em: 5 mar. 2018.

1. Você concorda com esta afirmação: "A língua de um povo é o reflexo dele mesmo, mas vertido em sons e palavras?" Justifique.

2. Algumas palavras de origem banto no nosso vocabulário são berimbau, cachimbo, caçula, capanga, jilô, maxixe, moleque e sunga. E algumas palavras de origem ioruba são acarajé, fê, jabá, axé, bobó. Faça uma pesquisa para descobrir outros exemplos da influência africana no português brasileiro e, depois, compartilhe com os colegas. **2. Professor, oriente os alunos na pesquisa. Sugestão de textos disponíveis na internet: A presença africana**



Figura 3: A influência das línguas africanas no idioma falado no Brasil em abordagem no livro didático de geografia. Fonte: Vesentini e Vlach (2020, p. 27).

O LDG insere abordagem pedagógica a relação entre os negros africanos e afrodescendentes com a Língua Portuguesa, mostrando sua contribuição. O LDG contribui para a formação cidadã dos alunos que, por muito tempo, veem e leem na maioria dos livros, jornais e sites, que a Língua Portuguesa usada como idioma do Brasil é exclusivamente de origem portuguesa. Quando um LDG como esse aborda a contribuição dos negros na Língua oficial do Brasil, isso tem importância para a formação cidadã dos discentes e dos docentes, já que muitos não têm conhecimento dessa contribuição dos negros.

O Capítulo 3 do LDG, que tem por título População Brasileira, inicia com uma imagem em que aparecem pessoas brancas, negras, pardas, amarelas e outros, feito de relevância, pois em uma sala de aula, que tem criança de todas as cores, a maioria delas se sentirão representadas.

Acredita-se que a Geografia, enquanto ciência crítica e disciplina escolar, tem por objetivo exercer função primordial para o processo de formação de sujeitos para que haja relações sociais de respeito dentro e fora do espaço escolar. A disciplina escolar e a ciência voltadas para a formação do pensamento crítico, tem por mérito de estudos o espaço geográfico, seus territórios, lugares, regiões, paisagens. Considerando que a sociedade se desenvolve e modifica-se de acordo com que é ensinado e transmitido, pode-se argumentar que "a geografia serve para saber interpretar este mundo, conhecer a sua posição." (SANTOS, 2005, p. 29).

O LDG aborda a formação da população brasileira composta por grupos étnicos de diferentes povos, dentre eles, os negros:

Considera-se que a população brasileira foi constituída, ao longo de cinco séculos, por diversos grupos étnicos dos povos indígenas, dos negros africanos e dos brancos europeus. A miscigenação entre os grupos étnicos foi bastante intensa no Brasil. De acordo com a denominação nas estatísticas oficiais, da miscigenação originaram-se os mestiços ou pardos: o mulato (branco + negro); o caboclo ou mameluco (branco + indígena); e o cafuzo (indígena + negro). (VESENTINI; VLACH, 2020, p. 63).

Considera-se assertiva a forma de como os autores fazem a abordagem da formação populacional do Brasil, sem distinção de raça ou cor, incluindo todos que participaram deste processo. Vê-se essa abordagem no LDG como relevante, mostrando-se que houve uma mistura de raças e que, por isso, o Brasil é considerado um país miscigenado.

O LGD trata da população afrodescendente, fazendo menção aos negros africanos que foram trazidos de lá na condição de escravizados e com objetivo de fazer todo trabalho braçal. Os autores LDG trazem dados interessantes sobre desigualdade social existente no

Brasil, frisam que o índice de analfabetismo entre a população negra é superior em relação ao da população branca ou parda e que, no entanto, o negro vem quebrando barreiras e conseguindo estudar, concorrer no mercado de trabalho, apesar da disparidade social na população brasileira.

O Capítulo 3 contempla as exigências Da lei 10.639/03, que orienta para que os livros didáticos insiram a população negra em seus assuntos.

O Capítulo 5, que trata de urbanização e rede urbana, inicia-se com abordando a verticalização, característica das grandes cidades brasileiras, em nenhum momento a população negra é inserida no contexto da urbanização brasileira.

Na abordagem do êxodo rural, principal motivo do crescimento populacional urbano do Brasil, em que, em geral, os trabalhadores do campo, por falta de empregos, se deslocavam para as grandes e médias cidades em busca de melhores condições de vida, em nenhum momento o LDG menciona que a maioria dessa população, em geral, é negra, que em decorrência do fim da escravidão muitos não foram incluídos no mercado de trabalho urbano, resultando na permanecia de grande parte dessa população no campo.

O LDG aborda sobre as maiores aglomerações urbanas do mundo, destacando algumas capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza e Salvador. As periferias são representadas, porém, a população que mais representa estes espaços são as populações negras, que não são mencionadas.

Compreende-se que este capítulo não insere a população negra, que é presença predominante nas periferias e que mais sofre com os principais problemas urbanos, como desemprego, analfabetismo, habitação precária, transporte, ausência de saneamento básico, serviços públicos e infraestrutura adequados, dentre outros.

O Capítulo 6, intitulado “Meio rural”, aborda as produções do primeiro setor econômico no Brasil, enfocando agricultura e pecuária, como a criação de gado, plantação de cana-de-açúcar, café, soja e outros alimentos.

Sobre o cultivo da cana-de-açúcar, em nenhum momento é introduzida a informação de que os escravizados foram os precursores dessas atividades, assim como a do cultivo do café, em que os negros que vieram para o Brasil na condição de escravizados realizavam esse trabalho.

A falta destas informações pode contribuir para o desconhecimento da contribuição negra para a expansão econômica do Brasil. Foi “vendido” que esse feito era apenas dos brancos, o que contribui para a propagação do preconceito e o racismo estrutural.

Apesar do LDG não incluir a população negra nos temas abordados nos dois últimos capítulos analisados (3 e 5), comprehende-se que pela abordagem da população negra nos outros dois capítulos (1 e 3) o LDG atende ao disposto na Lei 10.639/03 quanto à inserção da cultura afro-brasileira nos livros didáticos.

No LDG publicado no ano de 2020 percebe-se a inserção da cultura afro-brasileira, seguindo as orientações da lei. O negro vem sendo representado de diversas maneiras, como pela sua influência na Língua Portuguesa, nos ciclos econômicos, na culinária e na economia do Brasil. Percebe-se que houve significativos avanços em relação aos livros didáticos antigos.

Na próxima seção, são apresentados os resultados da análise das respostas dos alunos da escola no questionário sobre a inserção da cultura afro-brasileira pelo LDG, pelo professor de geografia e pela instituição de ensino.

4 A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE A INSERÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA ESCOLA

O livro didático é um recurso de grande importância para o processo de ensino-aprendizagem e que precisa ser bem-produzido e manuseado da forma adequada. Por isso as instituições de ensino devem analisar cuidadosamente os livros didáticos para fazerem sua escolha. A adoção de livro com estereótipos, preconceitos, informações dúbias ou contraditórias podem trazer prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem e para a formação cidadã dos alunos.

Para saber até que ponto, na perspectiva dos alunos, o LDG, os professores e a escola fazem a inserção da cultura afro-brasileira no ensino de geografia e sua influência na aprendizagem do aluno e na sua formação cidadã, aplicou-se um questionário para alunos do 7º ano da escola. A imensa maioria dos alunos que responderam ao questionário tem entre 12 e 13 anos de idade, como mostra o gráfico na Figura 4.

Buscou-se primeiro saber desses alunos se acham importante estudar a cultura afro-brasileira, ao que 75% responderam que sim e os outros 25%, às vezes, que nem sempre é importante estudar a temática. Dentre as respostas dos alunos, destacamos: “Porque é importante conhecer sobre a cultura do país”; “Os negros são malvistos, então é importante estudar sobre eles”; “Quando estudamos sobre a cultura afro-brasileira, aprendemos a não sermos racistas”. Constatou-se que a maioria dos alunos considera importante estudar a temática da cultura afro-brasileira. A fala de um dos discentes afirmando que os negros são

malvistos, por isso a importância de estudar sobre eles, pode ter relação com que afirmamos sobre a falta de conhecimento ser uma das causas de o negro e sua cultura serem malvistos.

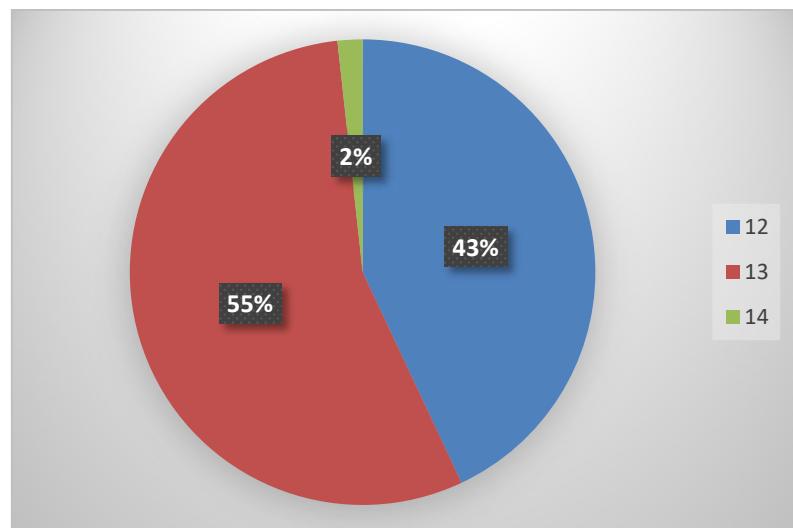


Figura 4: Idades dos alunos entrevistados. Fonte: Pesquisa de campo realizada com os alunos na escola em 2021.

Contudo, as respostas dos alunos apontam que escola realiza poucas atividades em sua programação envolvendo a cultura afro-brasileira (Figura 5).

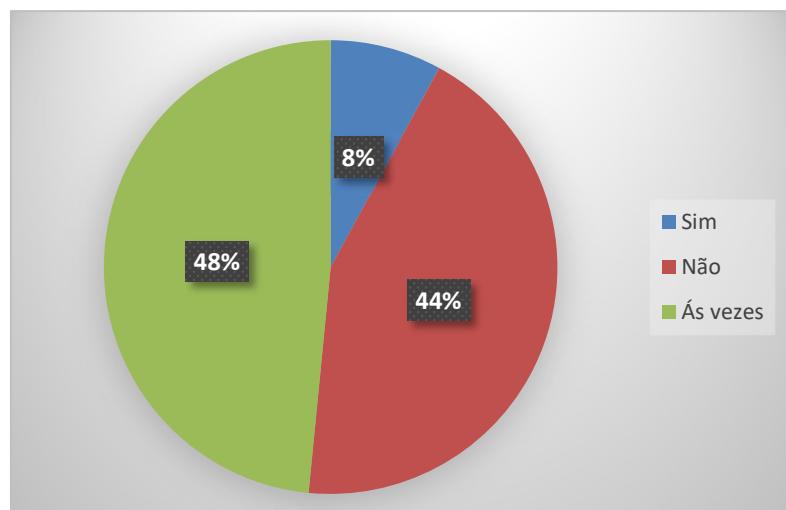


Figura 5: Na escola em que você estuda tem projetos, palestras ou eventos que abordem a cultura afro-brasileira? Fonte: Pesquisa de campo realizada com os alunos na escola em 2021.

A maioria dos discentes respondeu que a escola desenvolve atividades sobre a temática apenas esporadicamente (48%) ou que não desenvolve (44%). Percebemos que nesta instituição os eventos que inserem a cultura afro-brasileira não é recorrente, contrariando o recomendado na Lei 10.639/2003. A esse respeito, ressalta-se que: “Para desencadear,

executar, avaliar processo de educação das relações étnico-raciais é preciso que se compreenda como processos de aprender e de ensinar têm se constituído, entre nós, ao longo dos 507 anos de história de formação da nação". (SILVA, 2007, p. 491.)

Neste sentido, compreendemos a importância do processo de ensino e aprendizagem sobre as relações étnico-raciais que, apesar de ter uma história entrelaçada com a formação territorial e populacional do Brasil, são pouco debatidas nas escolas. No entanto, com a criação da Lei 10.639/2003, aos poucos a inserção da cultura afro-brasileira vem sendo implementada nas escolas brasileiras.

Perguntado se o professor de geografia aborda sobre a cultura afro-brasileira durante as aulas, 30% dos alunos responderam que sim e 70% que essa abordagem não é constante. Ou seja, segundo os alunos da instituição de ensino, o debate sobre a cultura afro-brasileira não é recorrente nas aulas de geografia do 7º ano do Ensino Fundamental, no qual se estuda principalmente a Geografia do Brasil e, logo, espera-se que a cultura afro-brasileira esteja inserida nas aulas da disciplina. Embora não caiba a abordagem da temática em todos os assuntos do 7º ano, como por exemplo fuso horário, estrutura geológica, em outros cabe, como nas temáticas da formação territorial do país, urbanização do Brasil, questão agrária, população brasileira, migração e imigração.

Os alunos acreditam que o livro didático de geografia é importante para a sua aprendizagem e apresentam justificativas diversas, como se pode observar nas respostas dadas pelos vinte entrevistados, reproduzidas no Quadro 1.

Quadro 1: Você considera o livro didático de geografia importante para sua aprendizagem?

ALUNOS	RESPOSTAS
A01	Sim, pois tem várias culturas e mapas.
A02	Sim, porque têm vários mapas e conteúdo que falam de várias coisas.
A03	Sim, pois com o livro fica mais fácil de obter o aprendizado.
A04	Sim, pois é por ele que a gente aprende mais fácil.
A05	Sim, por que nos conta mais sobre a nossa população.
A06	Sim, porque podemos usar o que aprendemos trabalhos e viagens.
A07	Sim, pois o livro me ajuda nas respostas.
A08	Sim, porque contém várias coisas da Geografia, como a cultura afro-brasileira e os mapas.
A09	Com o livro de geografia eu aprendo mais.
A10	Sim, pois no livro tem imagens que me ajuda no aprendizado.

Continua...

A11	Sim, porque nele eu aprendo coisas sobre países, cidades e vejo dados.
A12	Porque ele fala sobre mapa e nos ajuda no aprendizado.
A13	Sim, pois eu aprendo sobre muitas coisas.
A14	Sim, pois têm muitos assuntos para estudar.
A15	Sim, porque os textos do livro didático auxiliam na aprendizagem.
A16	Considero, porque é uma forma importante e mais fácil de aprender.
A17	Sim, ele fala sobre paisagem, lugares e migração.
A18	Um pouco, porque têm muitos mapas e eu não gosto de mapas.
A19	Sim, porque aprendemos sobre cultura negra e sobre outras coisas.
A20	Sim, sem ele eu não consigo aprender muito.

Fonte: Pesquisa de campo realizada com os alunos na escola em 2021.

Sobre como avaliam o livro didático de geografia que utilizam na escola, 82% dos alunos o consideram bom e 18%, regular. De acordo com a maioria dos alunos, o livro didático de Geografia que utilizam é bom e auxilia na aprendizagem, apresentando argumentos como: “Porque o livro serve como base para o professor e fica melhor para nós compreendermos os assuntos” (A01); “Eu acho o livro bom, pois ele nos ajuda na aprendizagem” (A02).

Indagamos sobre a etnia predominante no livro didático utilizado e, curiosamente, de acordo com os discentes entrevistados existe predominância de indivíduos negros e indígenas, para 49% e 42%, respectivamente, e a população branca, que sempre foi mais recorrente nos livros didáticos em geral, nesse livro de geografia, segundo a percepção dos alunos, sua representatividade é predominante para apenas 7% dos entrevistados, seguida por outras etnias, para 2% deles (Figura 6).

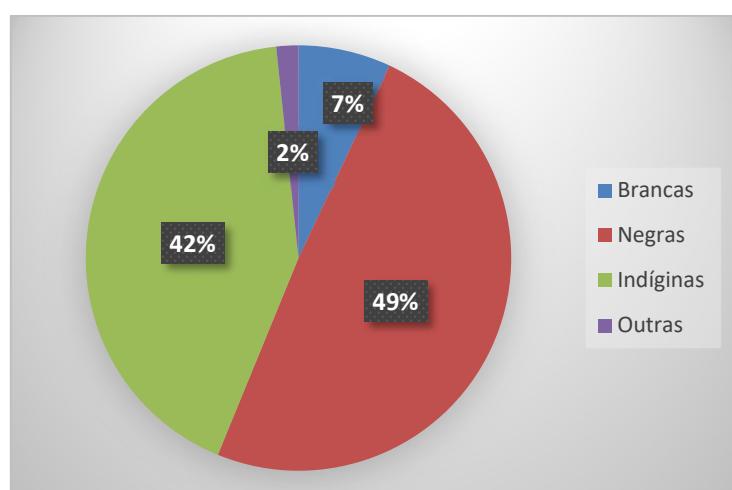


Figura 6: No livro didático que você estuda, têm mais imagens de pessoas de quais etnias?

Fonte: Pesquisa de campo realizada com os alunos na Escola em 2021.

Perguntou-se aos discentes sobre a representação da população negra no livro didático. Apenas 12% dos alunos responderam que o negro não é bem retratado, enquanto para 44% é em alguns momentos e para outros 44% dos entrevistados, a população negra é bem retratada no livro didático (Figura 7). Desta forma, questiona-se: será que essa aparição do negro no livro didático de Geografia é fruto da lei 10.639/03? A resposta afirmativa para essa questão é uma hipótese que pode ser considerada como plausível.

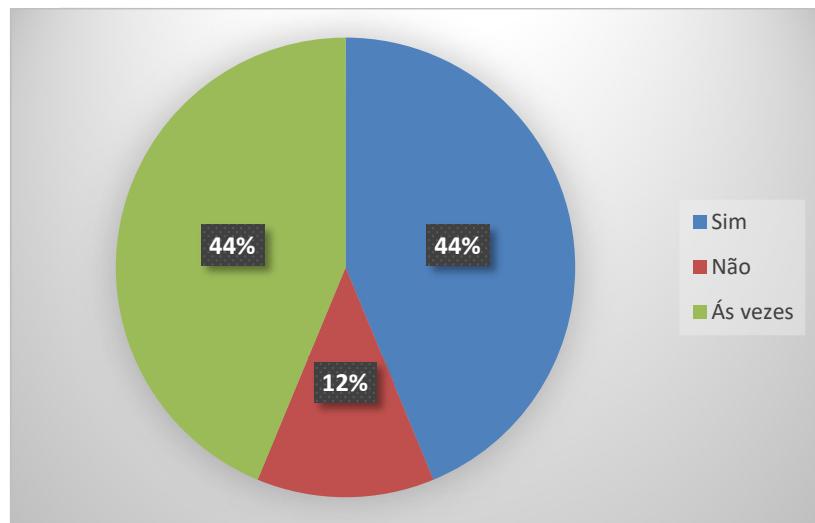


Figura 7: Você considera que a população negra aparece bem retratada no livro didático de Geografia que você estuda? Fonte: Pesquisa de campo realizada com os alunos na Escola em 2021.

Em continuidade, foi questionado se a cultura da população negra é bem retratada no livro didático de geografia e a distribuição das respostas dos alunos a esta questão é apresentada no gráfico da Figura 8.

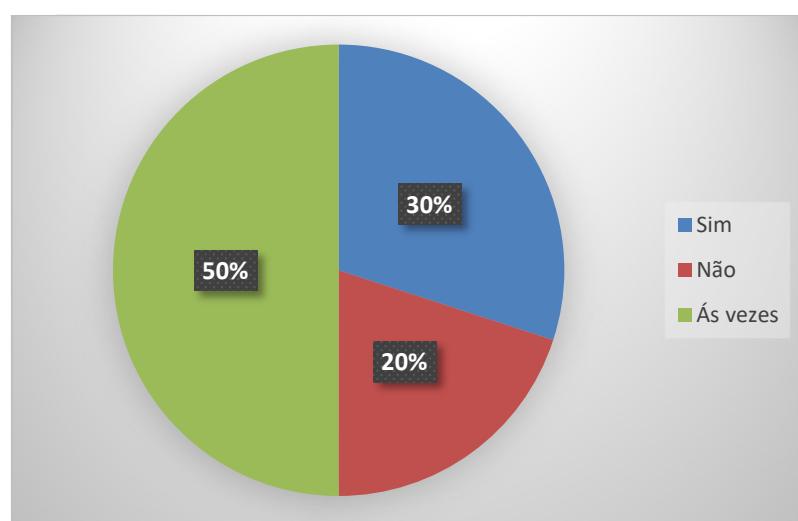


Figura 8: Você considera que a cultura da população negra aparece bem retratada no livro didático de Geografia que você estuda? Fonte: Pesquisa de campo realizada com os alunos na Escola em 2021.

Constata-se que para 30% dos alunos a cultura do negro é bem retratada no livro, mas para 50% é só às vezes e para 20%, a cultura do negro não é bem retratada de forma alguma. Essas respostas acompanham aquelas dadas à questão anterior (Figura 7), mostrando que, assim como a população negra vem sendo contemplada no livro didático de Geografia, a branca também vem. No entanto, é preciso enfatizar o que Silva afirma:

Salienta, o referido texto legal, que o processo de educar as relações entre pessoas de diferentes grupos étnico-raciais tem início com mudanças no modo de se dirigirem umas às outras, a fim de que desde logo se rompam com sentimentos de inferioridade e superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos, deixem de se aceitar posições hierárquicas forjadas em desigualdades raciais e sociais. (SILVA, 2007, p. 490).

Desde o momento em que o racismo/preconceito está inserido no livro didático, sem representação das populações que compõem o território brasileiro, dando hegemonização apenas a um grupo étnico, tem-se uma hierarquização de raças. Por muito tempo a retratação de pessoas brancas era hegemônica nos livros didáticos, incluído os de geografia, em que o negro era representado apenas como escravizado.

Quando o discente de cor negra, indígena ou de outra etnia, vê apenas pessoas de cor branca sendo representadas no LDG, ele acaba sendo excluído, pois o ambiente nega a inclusão, reforça o racismo e o preconceito.

Procurou-se saber dos alunos se consideraram que os negros escravizados trouxeram alguma contribuição para o Brasil (Figura 9), ao que 80% dos discentes responderam que sim, apresentando argumentos como: “Os negros trabalharam muito nas plantações de cana de açúcar e café, então contribuiu para o trabalho e economia do Brasil.” “Os negros ajudaram nas construções do país.” Para 15% dos discentes, os negros não contribuíram em nenhum aspecto para com o Brasil, mas algumas justificativas apresentadas demonstram certa incompREENSÃO de que essa contribuição inclui também o trabalho na produção econômica, ainda que enquanto mão-de-obra escravizada, e que essa condição não impediu contribuições marcantes dos povos negros na formação cultural do povo brasileiro: “Eles não contribuíram, pois só trabalhavam”; “Os negros não contribuíram com nada para com o Brasil, pois ficam preso”. Para 5% dos alunos, os negros trouxeram algumas contribuições.

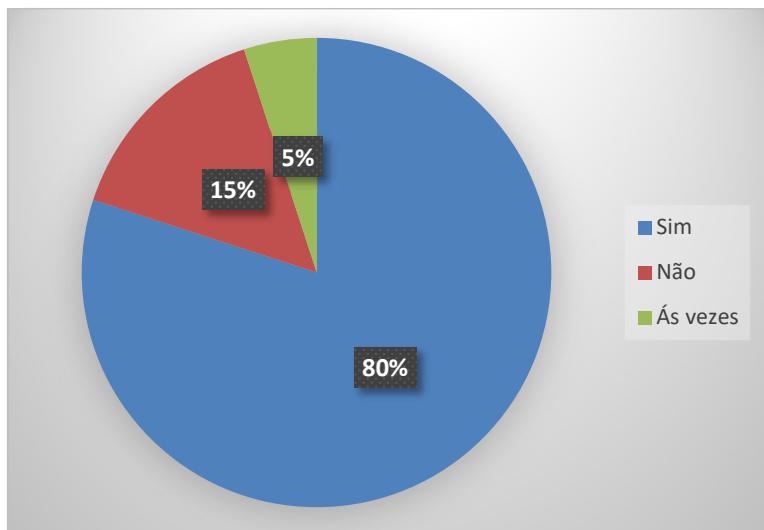


Figura 9: Na sua concepção, os negros trazidos da África para o Brasil na condição de escravizados, trouxeram alguma contribuição para o Brasil? Fonte: Pesquisa de campo realizada com os alunos na escola em 2021.

A partir dessas respostas, questiona-se: será que a lei 10.639/2003 está sendo realmente implementada da forma como deveria ser? Pois os negros contribuíram para com o Brasil, na música, na culinária, na cultura, na produção econômica, dentre outras. Isso demonstra a ausência da cultura afro-brasileira não é apenas na Geografia, mas sim nas disciplinas de modo geral. Por outro lado, nota-se que a maioria dos alunos está percebendo a importância e a contribuição que outros trouxeram para o Brasil e pode-se afirmar que essa visão dos alunos é “frutos colhidos” da lei 10.639/2003, que escolas e professores “plantaram” no processo de ensino e aprendizagem.

Os alunos foram questionados também mais especificamente sobre a imagem do negro no livro didático de geografia é retratada de forma correta. Como mostra o gráfico da Figura 10, para 45% dos alunos a imagem do negro é retratada corretamente, com justificativas como: “Sim, porque o negro é bastante destacado nos noticiários”; “Sim, pois os livros mostram as pessoas negras”. Para outros 40%, isso acontece algumas vezes e em outras não. Já para 15% dos alunos, a imagem do negro não é retratada de forma correta no livro didático de geografia.

Refletindo as respostas dos alunos, cabe questionar se o negro é mesmo retratado na maioria dos livros didáticos iguais à população branca? Suas religiões, como a Umbanda e o Candomblé, são retratadas como o catolicismo? São alguns pontos chaves que devem ser debatidos com os alunos, pois, infelizmente, o negro ainda é “vendido” nos livros didáticos como aquele ser que é escravo, aquele que trabalhou na lavoura da cana-de-açúcar, na mineração.

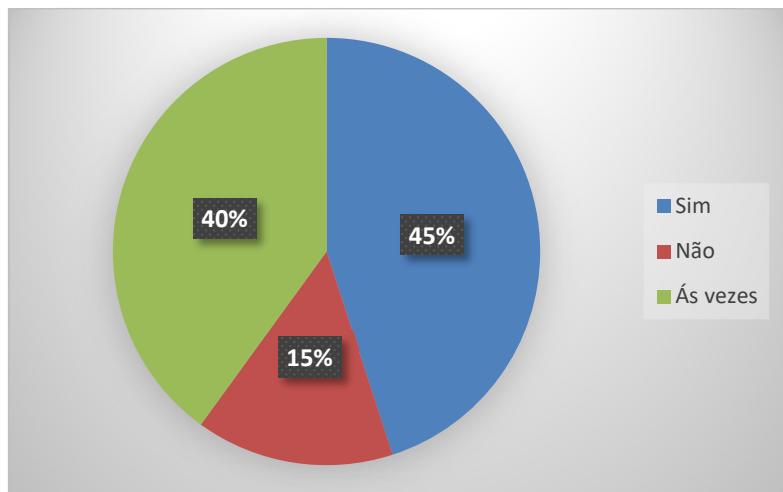


Figura 10: Você acredita que a imagem do negro é retratada da forma correta no livro didático de Geografia que você estuda? Fonte: Pesquisa de campo realizada com os alunos na Escola em 2021.

Reflexões sobre a imagem do negro devem ser expostas nas aulas de Geografia, porém não deve ficar restrita a elas. Para 15% dos alunos, a imagem do negro não é retratada da forma correta no livro LDG, afirmando-se que: “Vejo poucos negros no livro”; “O livro fala que os negros foram escravos, mas eles foram escravizados.” Essas duas falas são bastante representativas da realidade de boa parte dos livros didáticos, que não se adequaram à lei 10.639/2003, sendo que o negro ainda não é inserido em muitos livros da forma como deveria ser.

Por fim, perguntou-se aos discentes se consideravam o Brasil um país racista. Para 40% dos alunos, em alguns momentos o Brasil é um país racista, mas para 60% dos alunos, sim, o Brasil é um país racista. Um dos frisou que considera o Brasil racista, pois já presenciou várias cenas de racismo, assim como outro aluno destacou já ter visto muitos casos de racismo na TV. Essas falas dos alunos demonstram que o racismo está inserido no cotidiano do brasileiro, principalmente da população negra e mais pobre.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No didático de geografia analisado, cuja edição é do ano de 2020, percebe-se a inserção da cultura afro na culinária, na formação territorial, na linguagem, entre outros. Apesar de faltar abordagem de outros aspectos da cultura afro-brasileira, como a religião dos quem têm a identidade da cultura africana, como Umbanda e o Candomblé, seus principais líderes e que se destacaram.

Todavia, comprehende-se que vem sendo um grande avanço para educação brasileira. Esperou-se muito por momentos como este, em que se escreve sobre um povo que foi arduamente castigado pelo simples fato da cor de sua pele. Precisou de mais de quinhentos anos para que fosse criada uma lei que possibilitasse pequenas mudanças no âmbito educacional quanto à questão étnico-racial, o que irá refletir proficuamente na formação cidadã dos alunos. Espera-se que as garantias de uma educação sem exclusão, seja por qualquer motivo, seja racial, religioso, de gênero, ou qualquer outro, sejam asseguradas na sociedade brasileira.

Na pesquisa realizada com alunos na escola pública percebeu-se que a instituição tem investido pouco na inserção da cultura afro-brasileira, mesmo com a obrigatoriedade da Lei 10.639/2003. Esse descompasso entre as escolas e essa Lei pode contribuir, em curto prazo, para uma propagação ainda maior do racismo estrutural e do preconceito para com a cultura afro-brasileira.

Outro ponto dos resultados da pesquisa que merece destaque é quanto ao fato de que 60% dos alunos que responderam ao questionário considerarem o Brasil um país racista, sobre o que devemos nos questionar se esses alunos, ou seus pais, ou alguém próximo, já sofreram preconceito e discriminação racial. Ou se apenas veem na TV, nas redes sociais, notícias e dados sobre situações dessa natureza.

Compreende-se que as questões étnico-raciais devem ser levantadas, abordadas e investigadas na educação escolar, pois não existe outro espaço mais propício para aniquilar o preconceito, seja qual for. Se essa aniquilação não estiver inserida na escola, infelizmente, ela vai se “calar” no combate à discriminação e à intolerância.

AFRO-BRAZILIAN CULTURE IN TEXTBOOKS AND GEOGRAPHY CLASSES: PERSPECTIVE OF 7TH GRADE STUDENTS AT A PUBLIC SCHOOL IN MOSSORÓ-RN

ABSTRACT

In this research, we seek to understand the representation of Afro-Brazilian culture in the 7th grade geography textbook of elementary school, from the units that portray the territorial formation of the Brazilian population, investigating how it is due to the applicability of Law 10.639/2003 in a textbook from the year 2020. The choice of the 7th year Geography textbook is justified by the importance of this subject school in basic education, in general, and more specifically, in elementary school, because in this period the geographic information base is presented to the students. Given the importance of a textbook without errors, without social injustices and without stereotypes, it may or may not influence the formation of the student, positively and/or negatively, depending on how the approach will be revised for the student. Despite the existence of Law 10.639, of January 9, 2003, which deals with the mandatory teaching of the History of Afro-Brazilian culture in basic education teaching establishments, whether public or private, it is clear that there is still, difficulties in implementing this theme. The inclusion of black people in geography textbooks, the absence of events in schools that address the issue of Afro-Brazilian culture and the unpreparedness of some teachers may delay the implementation of Law 10.639/03.

Keywords: Last years of elementary school. Afro-brazilian culture. Law 10.639/2003. Public education.

REFERÊNCIAS

ÂNGELO, Maria, José. SILVA, Anderson, Sales. Africanismo na constituição do português brasileiro: um estudo sociolinguístico. In: Jornadas Interdisciplinares em História e Letras, Edição 2016. Universidade Estadual do Ceará (Uece), Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc). *Anais...* Quixadá-CE, 2026, p. 1-12. Disponível em: <https://www.uece.br/eventos/jihlfeclesc/anais/trabalhos_completos/363-48967-14112017-152135.pdf>.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A Geografia, a África e Negros Brasileiros. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.173-184.

BRASIL. **Lei n. 10.639**, de 1 de janeiro de 2003. Altera a Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática; História e Cultura Afro-Brasileira & e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan.2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 24 agosto2021.

COPATTI, Carina. Livro didático de geografia: da produção ao uso em sala de aula. **Élisée, Rev. de Geografia da UEG**, Porangatu-GO, v. 6, n. 2, p. 74-93, jul./dez. 2017.

FERRACINI, Rosemberg. A. L. **A África e suas representações no(s) livro(s) escolares de Geografia no Brasil:** de 1890 a 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana).

Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo-SP, 2012.

_____. A velha roupa colorida: Brasil e África na Geografia Escolar. **Rev. Geografia, Ensino & Pesquisa**, [S.l.], v. 22, e9, p. 01-09, 2018.

SANTOS, Paulo Silva. **O ensino de geografia e da cultura afro-brasileira nos livros didáticos de geografia do 7º ano e seus reflexos nas escolas de Mossoró-RN**. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2022.

SILVA, Waldnely Gusmão. **Lei 10.639/03: a representação da África e dos Afrodescendentes nos livros didáticos de Geografia no Brasil 2005-2014**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, 2016.

VIEGAS, Amanda. Dia nacional do livro didático: qual a importância desse material? *In: Par.* Plataforma educacional, 2021. Disponível em: <<https://www.somospar.com.br/dia-nacional-do-livro-didatico-qual-a-importancia>>. Acessado em: 20 de outubro de 2021.

Recebido em 25/06/2023.

Aceito em 10/04/2025.